

Alimentação Escolar e Sustentabilidade: Fatores que Influenciam na Compra de Alimentos Orgânicos da Agricultura Familiar

Palavras-Chave: SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Autores/as:

LUISA MAFRA JULIANO BARROS – FEAGRI/UNICAMP

Prof^a Dr^a VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO (orientadora) – FEAGRI/UNICAMP

WOLNEY FELIPPE ANTUNES JUNIOR (coorientador) – FEAGRI/UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, o que faz dele uma política pública universal e ampla. Os últimos 12 anos ilustram grandes avanços no programa. A partir da Lei n. 11.947/2009, o PNAE trouxe para as suas diretrizes o tema do desenvolvimento sustentável, bem como instituiu a compra direta da produção da agricultura familiar, inclusive a de alimentos orgânicos. Considerando os desafios que envolvem a compra direta da agricultura familiar, sobretudo de produtos orgânicos, este projeto de iniciação científica busca compreender quais são os fatores que influenciam (a partir do ponto de vista dos profissionais da nutrição escolar e dos gestores públicos) na compra de produtos orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, no PNAE.

Este estudo será realizado em dois municípios paulistas (Campinas e Capão Bonito), de diferentes realidades e tamanhos populacionais. Para isso, serão analisados dados secundários e realizadas entrevistas semiestruturadas. As análises dos resultados serão conduzidas a partir do referencial teórico da burocracia de nível de rua.

Na área de políticas públicas, o termo *burocrata de nível de rua* é teorizado por Lipsky (2019) e busca definir o funcionário do setor público, atuante na linha de frente, como aquele que entrega as políticas públicas e os serviços à sociedade. A estrutura teórica chamada de *burocracia de nível de rua*, também teorizada por Lipsky (2019), busca explicar a relação entre o funcionário público implementador,

os beneficiários das políticas e os gestores públicos. O burocrata de nível de rua tem como uma de suas características fundamentais a discricionariedade, isto é, o poder relativo de tomada de decisão sobre os benefícios e sanções a serem dados pelos programas de políticas públicas. Assim, a interação do burocrata de nível de rua com os beneficiários é direta e, devido a isso, apresenta especificidades que serão detalhadas ao longo do projeto.

No caso desse projeto de Iniciação Científica, os burocratas de nível de rua a serem analisados correspondem aos nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar, os quais têm, entre outras atribuições, a função de decidir quais são os alimentos que vão compor as refeições escolares ofertadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste caso, os beneficiários do programa que serão estudados são os agricultores familiares que fornecem alimentos orgânicos ao PNAE. De acordo com a Lei nº 11.947 de 2009, em seu Art. 14 citada anteriormente, a execução do PNAE exige, ao menos, a utilização de 30% dos recursos da alimentação escolar, provenientes de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na compra de alimentos da agricultura familiar. Dentre essas compras, a legislação também prevê as aquisições de alimentos orgânicos.

METODOLOGIA:

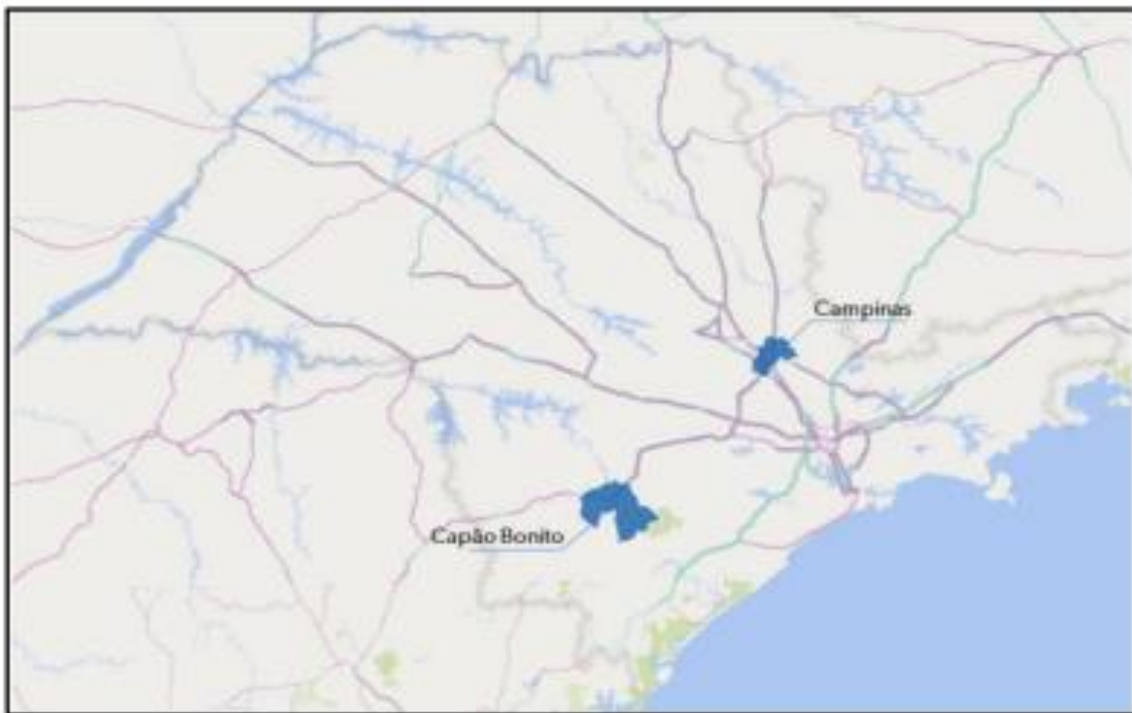
Para atingir o objetivo deste trabalho, buscou-se selecionar municípios que representassem diferentes realidades na execução do PNAE, por exemplo, que tivessem diferentes volumes orçamentários destinados à alimentação escolar, diferentes quantidades de escolas e estudantes atendidos, entre outros. Por isso, foram selecionados dois municípios do estado de São Paulo, que se encontrassem em estratos populacionais diferentes: Campinas e Capão Bonito (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados sobre as cidades pesquisadas.

Município	População (nº habitantes)	Nºescolas públicas	Nºalunos matriculados 2018	Nºalunos matriculados 2019	Orçamento (via FNDE 2018)	Orçamento (via FNDE 2019)
Campinas	1.213.792	575	158.399	158.929	R\$ 18.565.609,60	R\$ 18.226.443,60
Capão Bonito	47.118	35	10.016	9.712	R\$ 1.069.910,00	R\$ 962.404,80

Fonte: Deed/Inep/MEC, IBGE/Cidades (2020), FNDE (2018, 2019).

Mapa 1 - Localização dos municípios selecionados.



Fonte: Elaboração própria.

Os dois municípios selecionados cumpriram, nos anos de 2018 e 2019, pelo PNAE, a meta de 30% do orçamento do FNDE (reservado à alimentação escolar) ser destinado às compras diretas da agricultura familiar, além de possuírem produtores familiares com garantia de produção orgânica e residentes nos respectivos municípios. Campinas e Capão Bonito possuem, respectivamente, 19 e 6 produtores com garantia de produção orgânica, conforme o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2021). Ademais, atuam nesses municípios importantes organizações voltadas à produção orgânica e à articulação de agricultores familiares para o acesso ao PNAE, como são os casos da Associação de Agricultura Natural de Campinas - ANC (que desempenha um importante papel de Sistema Participativo de Garantia - SPG de produção orgânica) (DONATTI; AMEDI, 2020) e da Associação de Produtores para o Desenvolvimento Sustentável - APDS em Capão Bonito (FERRAZ et al, 2021).

A seleção somente de municípios que adquiriram produtos orgânicos foi feita, pois, justamente, o objetivo deste trabalho é compreender quais os fatores que influenciam favoravelmente nesse processo. A opção por serem dados dos anos de 2018 e 2019 deve-se à pandemia de Covid-19, declarada oficialmente no Brasil em março de 2020, que suspendeu as atividades presenciais nas escolas públicas em todo o país, afetando os serviços de alimentação escolar. A alimentação escolar, por todo o ano de 2020 e também em 2021, tem sido marcada por sucessivas interrupções nas compras da agricultura familiar.

Para este trabalho serão levantados dois conjuntos de informações, um sobre as realidades dos municípios no que se refere à execução do PNAE (dados secundários), e outro sobre os fatores que

influenciam na compra de alimentos orgânicos (dados primários). Sobre a realidade dos municípios, serão levantados: o número de escolas públicas atendidas pelo PNAE; o número de alunos que recebem alimentação escolar; o orçamento destinado à alimentação escolar; o número de agricultores familiares (e suas organizações) que fornecem para o PNAE; a quantidade e a especificação dos produtos convencionais e orgânicos que foram adquiridos, etc. Esses dados poderão ser obtidos junto às prefeituras municipais ou através de sistemas disponíveis no sítio eletrônico do FNDE, como é o caso do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (Contas Online) - SiGPC.

Sobre os fatores que influenciam na compra de alimentos orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, no PNAE, os dados serão levantados a partir de entrevistas semiestruturadas, orientadas por roteiros previamente estabelecidos, que serão gravadas e depois transcritas. Estas entrevistas serão realizadas em dois formatos: remoto, via chamadas de vídeo, para o caso de Capão Bonito; e presencial, no caso de Campinas (município onde situa-se a universidade proponente).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O roteiro para as entrevistas com os profissionais da nutrição e o termo de consentimento livre e esclarecido foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP em julho de 2022. Com a aprovação, as entrevistas começarão no mês de agosto. Os dados secundários já foram preparados e um resumo está exposto nas Tabelas 1 e Tabela 2.

Para a análise dos dados, será utilizado o programa ATLAS.ti como ferramenta de auxílio para garantir qualidade, devido à grande quantidade de áudio, vídeo e transcrição das entrevistas. A perspectiva é que as entrevistas semiestruturadas mostrem a importância da inclusão de alimentos orgânicos no PNAE, provindos da agricultura familiar; além da relação entre nutricionistas, gestores públicos, agricultores familiares e comunidade escolar.

Tabela 2 – Quantidade de Alimentos Convencionais e Orgânicos adquiridos pelo PNAE.

	2018		2019	
	Qtde.(kg) Convencional	Qtde.(kg) Orgânico	Qtde.(kg) Convencional	Qtde.(kg) Orgânico
Campinas	1.079.123	1.026.650	319.522	279.805
Capão Bonito	150.344	15.883	83.615	10.797

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito – SP e pela Prefeitura Municipal de Campinas – SP.

CONCLUSÕES:

Compreender qualitativamente as relações entre nutricionistas, gestores e agricultores familiares, isto é, em que parte de todo o processo de compra há tensão, em quais há cooperação e em quais há negociação, é fundamental para aplicar a burocracia de nível de rua - *street-level-bureaucracy* (LIPSKY,

2019) -, referencial teórico a ser utilizado nesse projeto de iniciação científica. Nesse caso, o burocrata de nível de rua é o profissional da nutrição escolar, o qual atua com uma discricionariedade capaz de influenciar na compra de alimentos orgânicos pelo PNAE.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Brasil, 2009a.

IBGE (org.). **REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES, 2018.** Disponível em: liv101728_folder.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 14 set. 2021.

INEP/MEC. **Censo da educação básica - notas estatísticas.** Brasília: [s.n.].

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos.** [s.1.] Enap, 2019.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, 2021.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em: 14 de dez. 2021

LOTTA, G. S. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** In: Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012. p. 26.